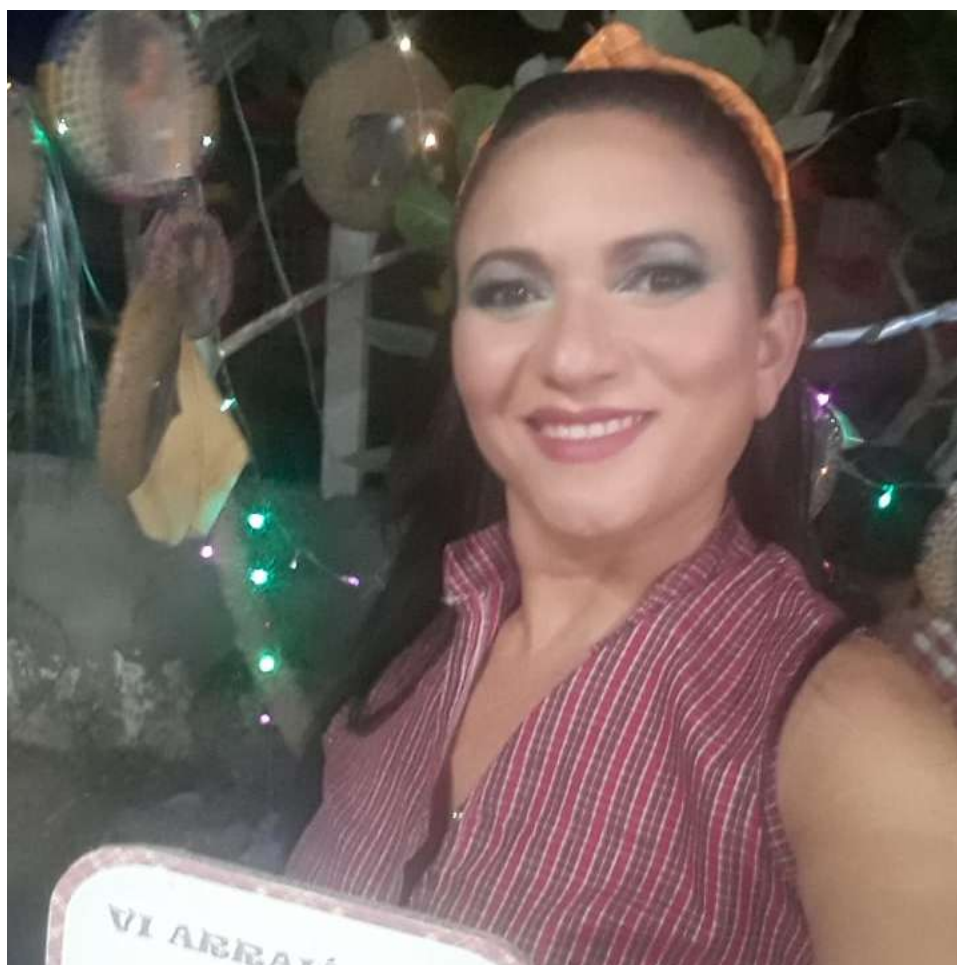


# CLIPPING DE MÍDIA

Luciana do Cumbe



Luciana dos Santos de Sousa, conhecida como Luciana do Cumbe, faz parte do Coletivo Karambolas do Cumbe, mulher quilombola, pescadora, mãe, membro do conselho fiscal da Associação Quilombola do Cumbe.

INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

RESISTÊNCIA

## Comunidades tradicionais no Ceará sofrem perseguição em conflito pela terra

Quilombolas e indígenas enfrentam inimigo em comum: empresários ligados ao turismo de massa e setores de energia

Amanda Sampaio e Joana Vidal

Brasil de Fato | Fortaleza (CE) | 26 de Dezembro de 2016 às 14:12



Comunidade de Tremembé da Barra do Mundaú durante celebração - Camila Garcia

Pelo menos três comunidades tradicionais do Ceará (Quilombo do Cumbe, em Aracati, Prainha do Canto Verde, em Beberibe, e Tremembé da Barra do Mundaú, em Itapipoca), estão enfrentando graves conflitos nos últimos dias. As áreas, respectivamente um território quilombola, uma reserva extrativista e uma terra indígena, enfrentam um inimigo em comum: empresários com empreendimentos no local, em especial de turismo de massa, energia eólica e carcinicultura.

e necessário trabalhar para alguns. Como prática, estimularam a divisão interna e a fundação de associações para apoiar suas causas. Afinal, são eles os interessados em lucra com a exploração das pessoas e dos ecossistemas.

A discórdia semeada dentro das comunidades se reflete em uma disputa sobre a vida e o cotidiano em cada um desses territórios. Nessa batalha, de um lado estão comunitários defensores de suas identidades, e do outro, aqueles que se opõem às políticas específicas para essas comunidades. Agora, os opositores decidiram manifestar o desacordo através de ações de violência.

### O único quilombo da praia

Das 34 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares no Ceará, o Cumbe é a única localizada na Zona Costeira. Incrustada entre o mar, as dunas e o mangue, a comunidade é formada por 150 famílias que vivem da pesca, da agricultura familiar, da cata do caranguejo, da mariscagem e do artesanato. Localizada em Aracati, a 148 km de Fortaleza, desde os anos 1970, com a chegada da Cagece, o território é espaço de uma série de conflitos, todos com o mesmo cerne: de quem é a terra?

Para o Estado e para a maior parte dos moradores, o território é quilombola. Prova disso é que, após a certificação da Fundação Palmares, em 2014, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já cadastrou cerca de 100 famílias no processo de demarcação de terras. Para uma pequena parcela da comunidade, entretanto, a identidade não vale; esse grupo, desde o final de novembro, vem realizando ações sistemáticas e incisivas no sentido de atravancar e até mesmo anular a demarcação.

No último dia 29, o grupo esteve em uma audiência no Incra, com a presença do deputado federal José Airton Cirilo (PT-CE), para solicitar o cancelamento do processo de demarcação de terras na comunidade e contra o "título de quilombolas" para o local. Na semana seguinte, o mesmo grupo fechou a Ponte da Canavieira, principal acesso para o Cumbe.

Neste mesmo dia, professores, estudantes universitários e manifestantes que realizariam atividades no local tiveram os ônibus e os três carros onde estavam ameaçados de serem queimados, caso tentassem passar. Quem estava do outro lado da Ponte também não conseguia sair. "Foi muito doloroso você ser privado do seu direito de ir e vir por um grupo de pessoas que não aceita sua identidade, uma identidade que a gente se reconhece, que já foi certificada", conta Luciana dos Santos, uma das moradoras do Cumbe.

Os debates para o reconhecimento da comunidade como quilombola tiveram início em 2010, embora "desde criança, a gente escutava essas histórias de que aqui teve

processo. Sei quilombola, se considero negro, vem do meu sangue, da minha história. Aqui, temos uma luta muito grande, que é a mesma luta dos nossos antepassados, de resistência. Independente de a Fundação Palmares ter dado esse certificado, a gente é na alma e no sangue. O certificado veio para garantir nossos direitos”, conta Luciana.

Esses direitos estão, inclusive, previstos na Constituição Federal. A advogada Cecília Paiva, do Coletivo Urucum, explica que “os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 garantem a proteção do patrimônio cultural brasileiro material e imaterial, falando expressamente em manifestações afro-brasileiras, diversidade étnica e do tombamento de todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. Por isso, destaca a advogada, “não restam dúvidas sobre a intenção de proteger as comunidades quilombolas, seu território, a biodiversidade existente para a sua reprodução cultural e seu modo de criar, fazer e viver”.

A luta pelos territórios e modos de vida tem na institucionalidade judicial uma de suas maiores arenas. São dezenas de processos de disputa de terras levantados em todo o litoral cearense. Todavia, isso não é uma garantia de que o litígio aconteça de forma democrática. “A desigualdade entre sujeitos de direitos e empresários no acesso às instituições e às políticas está entre os principais fatores de degradação social e ambiental. Essas desigualdades são fortemente marcadas pelo racismo e pelo etnocentrismo; não à toa, as principais prejudicadas são as comunidades negras, quilombolas e outras tradicionais e os povos indígenas”, descreve a coordenadora do Instituto Terramar e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental Cristiane Faustino.

### **Reserva Extrativista: a gestão coletiva da terra**

A Prainha do Canto Verde é um emblema. Decretada Unidade de Conservação no modelo de Reserva Extrativista (Resex) em 5 de junho de 2009, a comunidade tem sua luta por direitos sociais e território reconhecida até internacionalmente. Na luta pela terra, pode-se dizer que os “prainheiros”, como se denominam, foram vitoriosos. “O processo da reserva extrativista em si é um processo já concluído. A reserva foi decretada”, enfatiza Alberto Ribeiro, um dos moradores da comunidade. O processo já está fase final junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o órgão federal responsável pela gestão da unidade, a construção do Acordo de Gestão e o Plano de Manejo.

Embora absolutamente legal, até hoje a Resex é questionada por um empresário de Fortaleza que alega ser dono de parte significativa do território terrestre demarcado. Esse empresário conseguiu apoio na Associação Independente de Moradores da Prainha do Canto Verde (AIMPCV), uma entidade local que passou a reunir os moradores que

A intimidação através da violência, entretanto, ocupou espaço significativo no conflito. No dia 7 de dezembro, enquanto o ICMBio e a Polícia Federal realizavam uma operação na comunidade retirando diversas marcações ilegais, esse grupo de comunitários anti-Resex tentou impedir os trabalhos. Eles tocaram fogo no lixo dos moradores e em pneus para impedir a passagem dos carros e destruíram meios de trabalho de pessoas ligadas ao movimento comunitário, como uma barraca de praia e coqueiros. Além disso, pessoas ligadas ao setor anti-Resex já acumulam denúncias de assédio sexual e estupro contra mulheres da comunidade e servidoras públicas que atuam no local.

Além do próprio ICMBio, que estava no local na ocasião, outros entes públicos como a Secretaria de Justiça e Cidadania, a Defensoria Pública do Estado e a Polícia Ambiental, foram acionados para interferir no conflito e garantir a segurança dos comunitários. O clima de tensão melhorou, mas uma perspectiva de resolução definitiva ainda não existe. “Quando isso vai acabar? No dia que não tiver mais terra. No dia que a comunidade, como tantas outras, não tiver mais um espaço para nenhum nativo morar. Enquanto tiver, sempre vai ter alguém querendo se aproveitar. Isso é a história do litoral”, explica Alberto.

### **O Ceará tem índio sim**

O Ceará conta com 14 etnias indígenas reconhecidas, no entanto, até o ano de 2016, somente uma Terra Indígena teve seu processo de demarcação oficialmente finalizado. Entre os povos que lutam pela demarcação de suas terras, estão os Tremembé da Barra do Mundaú, situados no município de Itapipoca (CE), localizado a 136 km de distância da capital Fortaleza.

Os Tremembé sofrem com o acirramento da luta pelo direito à terra desde 2010 quando o empreendimento turístico denominado “Nova Atlântida” intensificou a investida sobre os 3.580 hectares da Terra Indígena para a construção de um imenso complexo turístico. Atualmente vivem na região cerca de 130 famílias que se identificam como Tremembé da Barra do Mundaú e que ainda dividem seu território com outras famílias que não se identificam como indígenas.

Em agosto de 2015 a terra foi declarada como indígena, pelo então ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e o processo de demarcação tem caminhado a partir da pressão do povo Tremembé. Uma das maiores reivindicações da população indígena, enquanto não ocorre o processo de “desintrusão”, que consiste na saída dos ocupantes não indígenas, é que cessem as queimadas na terra. Episódios de violência como as ameaças contra as lideranças do povo Tremembé, são práticas comuns realizadas por aqueles não querem ver a terra oficialmente demarcada.

terra indígena, no intuito de explicitar os processos que envolvem a demarcação da terra, como o levantamento fundiário que será realizado para estipular a indenização sob as benfeitorias construídas pelas famílias que terão que deixar a terra indígena, e alertar sobre o impedimento de brocas e queimadas na terra.

O povo Tremembé da Barra do Mundaú também esteve presente na audiência pública e, desde o primeiro caminhar na comunidade rumo à audiência, já se sentia que os ânimos iriam se alterar: entoando seus cantos tradicionais, os indígenas foram alvo de chacota. Logo após a audiência pública, no dia 9 de dezembro, as ameaças aos indígenas se intensificaram: eles foram perseguidos e xingados durante seu deslocamento nas aldeias, as ameaças contra a vida das lideranças se intensificaram, uma grande extensão de mata foi queimada, os não índios continuam a utilizar da prática da queimada em seus roçados e parte das placas e marcos da demarcação física, que haviam sido colocados na mesma semana da audiência, foram destruídos.



Após as primeiras denúncias sobre as áreas queimadas, duas pessoas foram detidas, mas liberadas em seguida. Os indígenas relatam que após a liberação foram escutados

NOSSO INTERIO: NOSSO INTERIO A TERRA: CADE A LEI QUE PROTEGE: A GENTE PRECISA QUE A JUSTIÇA TOME UMA PROVIDÊNCIA. OU VAI TOMAR UMA PROVIDÊNCIA SÓ QUANDO MORRER ALGUÉM?”, indaga Erbene Rosa, liderança Tremembé.

Para Luanna Marley, advogada do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito, que acompanhou a audiência pública a convite do MPF, “os órgãos já foram devidamente acionados, como a Polícia Federal. O próprio Ministério Público Federal realizou audiência pública com a finalidade de tratar da situação, com a participação do Incra, da Funai e a participação dos Tremembé e dos não-índios, onde se esclareceu sobre como se dá a demarcação, assim como explicado sobre as situações que se configuram como crimes ambientais e crimes contra os índios. Agora precisamos que, em caráter de urgência, as devidas providências sejam tomadas no sentido de proteção e defesa dos índios Tremembé e de suas terras.”

Os Tremembé da Barra do Mundaú tem certeza de que o processo de demarcação é mais um passo de conquista da luta. São anos lutando para ter a terra demarcada e protegida em relação a degradação ambiental. “As pessoas que não se identificam como indígenas não aceitam nenhuma das ações de proteção ao meio ambiente, são pensamentos diferentes. Isso foi o que a empresa Nova Atlântida conseguiu implantar no pensamento dessas pessoas”, comenta a liderança Tremembé Adriana Carneiro.

Sobre as ameaças sofridas, Adriana Carneiro aponta que os indígenas já eram ameaçados antes “da demarcação física, mas depois da audiência aumentou, porque os não índios veem as lideranças como empecilho. Agora está sendo pior porque realmente percebi, e o povo [Tremembé] está percebendo, que ao longo dos dias, quanto mais os dias passam, parece que o ódio vai crescendo entre essas pessoas [não índios]. E que de fato eles estão esperando uma oportunidade. Na minha própria casa me sinto ameaçada. Não há justiça em relação a isso”, disse.

### **Se o conflito é a prática, a resistência é a regra**

Apesar das dificuldades, nenhuma das comunidades desiste da luta por suas terras. “Nós somos pescadores, precisamos do mangue, do rio. Por isso esses conflitos. É uma luta contra o poder econômico”, reitera Luciana Santos, da comunidade Quilombo do Cumbe.

Alberto Ribeiro, da Prainha do Canto Verde, destaca que a demarcação do território faz diferença na vida das famílias. “Se a gente hoje não fosse uma reserva, não tivesse o apoio, mesmo fragilizado e com certa limitação, do Governo Federal através do ICMBio, nós estaríamos aqui numa outra história. A nossa história seria totalmente diferente e com muito mais prejuízo, especulação, disputa”.



## Comunidade quilombola afirma resistência política e cultural em Aracati

O evento se configura como um espaço político e cultural para os trabalhadores e trabalhadoras da comunidade

13 de setembro de 2016



*Por Tiago Pereira  
Da Página do MST*

Entre os dias 09 a 11 de setembro, ocorreu a III Festa do Mangue: “Pela Identidade Quilombola Pesqueira e Território Livre”, na comunidade Quilombola do Cumbe, em Aracati, estado do Ceará.

Organizada pela Associação de pescadores e pescadoras da comunidade e com o

apoio de várias organizações como o MST, Movimento de Pescadoras e Pescadores (MPP) e Organização Popular de Aracati (OPA), o evento contou com mais de 300 participantes oriundos tanto do estado do Ceará, quanto do Rio Grande do Norte.

De acordo João do Cumbe, “a festa é um espaço de afirmar a identidade dos pescadores e pecadoras, bem como, as lutas do povo do Cumbe e sua resistência”. O evento também se configura como um espaço político e cultural para os trabalhadores e trabalhadoras da comunidade.

Nos últimos anos, a comunidade vem sofrendo grandes conflitos territoriais e ambientais, seguidos de perseguições a militantes locais.



Segundo Cleomar Ribeiro, da coordenação da comunidade, o evento além de celebrar as conquistas divulga a luta e os trabalhos que a comunidade desenvolve. “Vivemos em conflito diário por causa da energia eólica e da criação de camarão que privatiza o território e impedem o acesso à praia e ao rio”, salienta.

A festa que durou três dias teve uma programação recheada de visitas e trilhas nas dunas durante o dia e a noite animada por grupos de capoeira e Maculelê da região. Também houve a vivência no mangue com oficinas de mariscagem, pescaria e cata de caranguejo e apresentação teatral da Cia de artes andanças de Fortaleza, com o espetáculo Devoração seguido de forró cultural. O encerramento foi marcado pelo concurso de cata de caranguejo acompanhado de trilhas que possibilitaram conhecer os lugares da memória ancestral do Cumbe.

*\*Editado por Iris Pacheco*

# QUILOMBO DO CUMBE: COMUNIDADE NO CEARÁ LUTA PARA SER RECONHECIDA E RESISTE À PRESSÃO

*Resort, usina eólica e carcinicultura dificultam a permanência de remanescentes de quilombos no litoral cearense*

Arte: Gabi Lucena

0:00 / 0:00

*Por Cristiane Sampaio*

*Brasil de Fato | Fortaleza (CE), 16 de janeiro de 2020*

Em artigo recente sobre a virada do ano, a escritora mineira Conceição Evaristo afirmou que é tempo de se “aquilombar”. “É tempo de caminhar em fingido silêncio e buscar o momento certo do grito, aparentar fechar um olho evitando o cisco e abrir escancaradamente o outro. É tempo de ninguém se soltar de ninguém”, disse a autora, em versos que descortinaram este 2020.

A mística do texto, que evoca a resistência de negros africanos escravizados no passado colonial, é a mesma que embala a luta do Quilombo do Cumbe, em Aracati (CE), no tempo presente. Para os moradores da área, este é mais um ano que se inicia em meio a muitas incertezas, mas com a garantia de mais um período de forte articulação do povo tradicional da região.

...um território e ter esse copo, essa dignidade, porque eu acho que os quilombos foram formados disso, de pessoas que vieram na luta da sua liberdade e da sua dignidade. Acho que a ideia é essa. É cada vez mais a gente estar fortalecido”, aponta a pescadora artesanal Cleomar Ribeiro da Rocha, presidenta da Associação Quilombola do Cumbe.



*“Quando você teve a sua infância toda num território, tem lugares que são afeto”, afirma pescadora artesanal Cleomar Ribeiro da Rocha (Foto: Galba Nogueira)*

Nos últimos tempos, a ameaça de instalação de um resort libanês na região deixou os moradores em maior estado de alerta. Mas esses maus prenúncios já não são uma novidade na vida dos quilombolas locais: a comunidade do Cumbe é alvo de um confronto permanente e com muitas faces, envolvendo uma usina eólica, empresas de carcinicultura e atores políticos da região. E o motivo não é muito diferente daquele que dá vida a outros conflitos no país: a disputa pelo território.

Situada no litoral leste do Ceará, a comunidade do Cumbe abriga 105 famílias remanescentes de quilombos e está ao lado da praia da Canoa Quebrada, um dos pontos turísticos mais movimentados do estado. Limitada ao mar por dunas que abraçam o território quilombola, a área está envolta também por um mangue que



Os ganhos provenientes do manguezal, no entanto, já não são os mesmos. É o que conta o pescador artesanal Ronaldo Gonzaga da Silva, que desde os 8 anos de idade vive do ecossistema. O motivo da escassez é a chegada da carcinicultura (criação de camarões em cativeiro). Empresas do ramo se instalaram desde a década de 1990, trazendo para a região um desequilíbrio ambiental jamais visto no povoado, segundo contam os moradores.

Por conta do despejo frequente de produtos químicos nos aquíferos, a prática contamina o lençol freático, saliniza a água e desestabiliza o meio ambiente. O resultado salta aos olhos de quem passa pelo local: parte do manguezal hoje está desidratada, e o tradicional aspecto enlameado que caracteriza esse tipo de ecossistema deu lugar a uma vegetação que lembra o cerrado em época de seca, com solo árido e uma paisagem inteiramente acinzentada, sem verde.



*Parcialmente destruído, manguezal amarga estragos causados pelos tanques de carcinicultura (Foto: Galba Nogueira)*

Aos pescadores restou o lamento, fruto da inevitável queda nos ganhos com a pesca. “Antigamente, há 20, 15 anos, um catador chegava a pegar até 300, 400 caranguejos por dia. Hoje, se ele trabalhar muito, ainda consegue pegar 150, no máximo. É prejuízo e preocupação. [Antes] tinha mais caranguejo, mais peixe, mais produto, porque tinha mais mangue, mais vegetação. O rio era mais farto”, lembra Ronaldo.

O professor Jeovah Meireles, do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), explica que o manguezal é um dos ecossistemas mais produtivos da natureza, constituindo a base de uma complexa cadeia alimentar. Por conta disso, a criação de camarão em cativeiro é bastante onerosa ao meio ambiente, uma vez que o mangue cumpre ainda funções ecológicas relacionadas à biodiversidade marinha.

Os viveiros do crustáceo também estão diretamente relacionados ao desmatamento, sobretudo da carnaúba, principal traço da paisagem do Cumbe. Moradores da região denunciam que é comum carcinicultores grilarem terras públicas, das quais se apossariam aos finais de semana e feriados para, em meio à ausência de fiscalização ambiental, promover queimadas ilegais e cavar os tanques que dão origem aos viveiros.

um tapa na boca para todo um , caso a reportagem um nativo que não quis se identificar por medo de represálias.



*Viveiros de camarão dominam espaço e são visíveis do alto das dunas (Foto: Galba Nogueira)*

## “COLAPSO” SOCIOAMBIENTAL

Outra faceta da carcinicultura está ligada a danos socioambientais, segundo destaca Jeovah Meireles. O professor afirma que a atividade provoca um “colapso no modo de vida das populações que dependem da natureza”.

Diferentemente do discurso de desenvolvimento e geração de emprego feito pelos empresários do setor ao se instalarem, Meireles pontua que tem se deparado com uma realidade pautada na concentração de renda e na baixa geração de postos de trabalho.

Um estudo feito pelo pesquisador em parceria com outros analistas ambientais visitou 245 fazendas de camarão no Ceará e constatou que o potencial socioeconômico do setor está aquém do anunciado.

os impactos da carnicultura se somam ainda os aborrecimentos dos moradores com a instalação de uma usina eólica que há cerca de 12 anos “tirou o sossego” dos nativos, segundo contaram as fontes ouvidas pelo **Brasil de Fato**.

## DUNAS EM MOVIMENTO

Aos impactos da carnicultura se somam ainda os aborrecimentos dos moradores com a instalação de uma usina eólica que há cerca de 12 anos “tirou o sossego” dos nativos, segundo contaram as fontes ouvidas pelo **Brasil de Fato**.

A comunidade aponta que o empreendimento alterou a rota de migração dos pássaros e a dinâmica de movimentação das dunas litorâneas. Com isso, causou um temor na vizinhança em relação à aproximação do paredão de areia que cerca o local.

“Ele andava 16 metros por ano. Agora, anda muito mais. Eu conheci esse vale aqui lá dentro. Mais dez anos, e isso está aqui em cima”, projeta o memorialista José Correia, morador de um antigo casarão local.

“Eu perdi 30% da minha qualidade de vida. Eu morava no maior sossego. Outra coisa: nós pagamos energia caríssima. Nossa energia não barateou em nada”, queixa-se Correia, refutando as promessas feitas anteriormente pela empresa dona do parque eólico, a CPFL Renováveis.

A atuação da companhia na região rendeu ainda outras críticas, como é o caso do comprometimento do patrimônio histórico. No local, pelo menos 70 sítios arqueológicos foram catalogados por pesquisadores. Estudos apontam que civilizações antigas viveram no local entre 7 e 12 mil anos atrás.

De acordo com o memorialista Correia, do Instituto do Museu Jaguaribano, machados, cachimbos, urnas e outros itens dividem hoje o espaço debaixo da terra com o cabeamento e o maquinário do complexo eólico. O parque é formado por 67 torres.



*Imponentes, torres eólicas chamam a atenção já na entrada do território do Cumbe (Foto: Galba Nogueira)*

“Eles não respeitaram nem a memória afetiva local. Você vê pela Santa Cruz da Ubaeira, que está no ponto mais alto. Ela [a cruz] tem dez metros. Eles botaram uma torre eólica do lado. A usina engoliu a estética do monumento”, critica o memorialista, ao mencionar o símbolo principal de um antigo cemitério hoje ameaçado pelos equipamentos da empresa.

O cemitério, cuja data de inauguração ainda é uma incógnita, remete ao antigo quilombo ali instalado na época da escravidão. A chamada Santa Cruz da Ubaeira foi posta no espaço em referência à chegada do século 20, tendo sido datada em outubro de 1900.



*Instalações da usina eólica contornam o cemitério da comunidade do Cumbe (Foto: Galba Nogueira)*

Presente na cruz em letras garrafais, a data é matéria-prima das reflexões de João Luís Joventino do Nascimento, uma das lideranças populares mais ativas da região. Visitantes e parceiros da comunidade o chamam pelo nome de João do Cumbe.

Membro da associação local e historiador de formação, ele ressalta que os inscritos encontrados no mausoléu registram a existência do Cumbe naquele período, a despeito das manifestações, ainda presentes, de que não teria havido escravos nem quilombo na região.

Pesquisadores e nativos destacam, por exemplo, a origem africana do termo “cumbe”, que, em alguns países de língua hispânica, é uma referência aos espaços onde escravos africanos se refugiavam e organizavam a resistência contra o sistema então vigente.

“O que eu gosto de falar com relação a isso é da presença de marcadores africanistas aqui. O próprio nome ‘Cumbe’ remete à ancestralidade africana, à questão dos engenhos. O fato de dizerem que não viram – não sei se os avós deles não contaram isso – não quer dizer que não tivesse. Os documentos do Cumbe são de 1760”, sublinha o historiador.

Carta Ultramar, escrito pelo sargento-mor Matias Ferreira da Costa e dirigido a D. José I, rei de Portugal, para pedir provimento no posto de capitão de cavalaria no local. O documento é o primeiro registro histórico oficial relacionado ao Cumbe de que se tem notícia e pertence hoje à Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

Outros vestígios encontrados na área reforçam a narrativa sobre a presença de escravos no local, como é o caso da existência de antigos engenhos. O maquinário de um dos pontos visitados pela reportagem ajuda a contar a história da escravidão no lugar, marcada, por exemplo, pela produção de farinha.



**Carta Ultramar, de 1760, escrita pelo sargento-mor Matias Ferreira da Costa, então morador da Vila de Aracati, ao rei D. José I em que ele menciona a existência do Cumbe.**

## A LUTA POR RECONHECIMENTO

Apesar desse e de outros registros, a população quilombola enfrenta dura resistência para o reconhecimento social da comunidade, que é alvo também de atores políticos locais. Segundo a Associação Quilombola do Cumbe, atualmente, o destaque vai para a Prefeitura de Aracati, que tem à frente o ex-secretário de Turismo do Ceará Bismarck Maia (PTB).

Em uma manifestação oficial feita em 2017 junto à Defensoria Pública do Estado (DPE), por exemplo, o município afirmou que, “nos relatos documentados, não se faz referência à existência de escravos ou quilombos, bem como não é possível inferir a ocorrência de opressão e resistência de comunidade negra”.

A postura da prefeitura ajuda a endossar o racismo e o conflito local, marcado por uma ofensiva do empresariado da carcinicultura e do parque eólico e ainda por

demarcação da terra tradicional.

O estudo sobre a delimitação da área, iniciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2015, está paralisado. Procurado pela reportagem para tratar dos motivos da não finalização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e da estagnação do processo, o órgão preferiu não se manifestar.

O mesmo ocorreu com a Prefeitura de Aracati, à qual foram enviados questionamentos sobre a fiscalização nos pontos onde atuam as empresas de carcinicultura e de energia eólica, erguidas respectivamente sobre uma área de proteção permanente (APP) e uma área de proteção ambiental (APA).

O silêncio institucional dos dois poderes alimenta as críticas sobre a suspeita de que o processo de demarcação teria estancado por força do jogo de interesses empresariais.

Os remanescentes de quilombos, especialistas e atores do sistema de Justiça que acompanham o caso apontam a existência de uma cultura de aliciamento na região, onde parte das famílias teria sido convencida a lutar contra a demarcação em troca de benesses. Por esse motivo, a Fundação Cultural Palmares (FCP) disse que classifica a situação do Cumbe como “extremamente sensível”.



A tentativa de autoafirmação da comunidade, no entanto, segue o ritmo das faíscas políticas que marcam o território. Para os quilombolas, o comportamento do empresariado local de lutar contra a demarcação da terra se junta à tentativa de apagar a história da região.

“Quando a empresa eólica, por exemplo, chega e não quer dar a devida importância aos sítios arqueológicos, é mais um instrumento pra dizer ‘esse território não é de ninguém, nunca morou ninguém’. Destruindo os sítios, é como se tivessem arrancando várias páginas da nossa história”, pontua João do Cumbe, acrescentando que a comunidade sofre em meio à busca de conservar as memórias do lugar e se afirmar como quilombola.



*João do Cumbe, uma das lideranças populares mais ativas da região (Foto: Galba Nogueira)*

O conflito se estende a problemas vividos na escola local, onde moradores não quilombolas atuam contra a preservação da história dos descendentes de escravos e polarizam o debate com pais e filhos ligados à comunidade tradicional.

Escola do Ceará (CE), acompanha a situação do quilombo. Ela aponta que a luta local esbarra no modelo eurocêntrico de ensino herdado da colonização, que impede a batalha existente no país por uma educação diferenciada voltada às comunidades originárias, como pedem os moradores do Cumbe.

“Por que essas escolas são importantes nestes territórios? Porque resgatam, valorizam e repassam para as pessoas mais jovens a questão da identidade e, conseqüentemente, a afirmação dessa identidade leva a um fortalecimento da luta pela terra. A escola diferenciada é garantida pela Constituição de 1988, mas ela ainda não está amplamente implementada nas comunidades”, afirma a socióloga, atribuindo as dificuldades sobre a afirmação étnica à ação de grupos que agem de acordo com os interesses econômicos que pairam sobre o território desses povos.



*Fachada de um antigo engenho no quilombo do Cumbe (Foto: Galba Nogueira)*

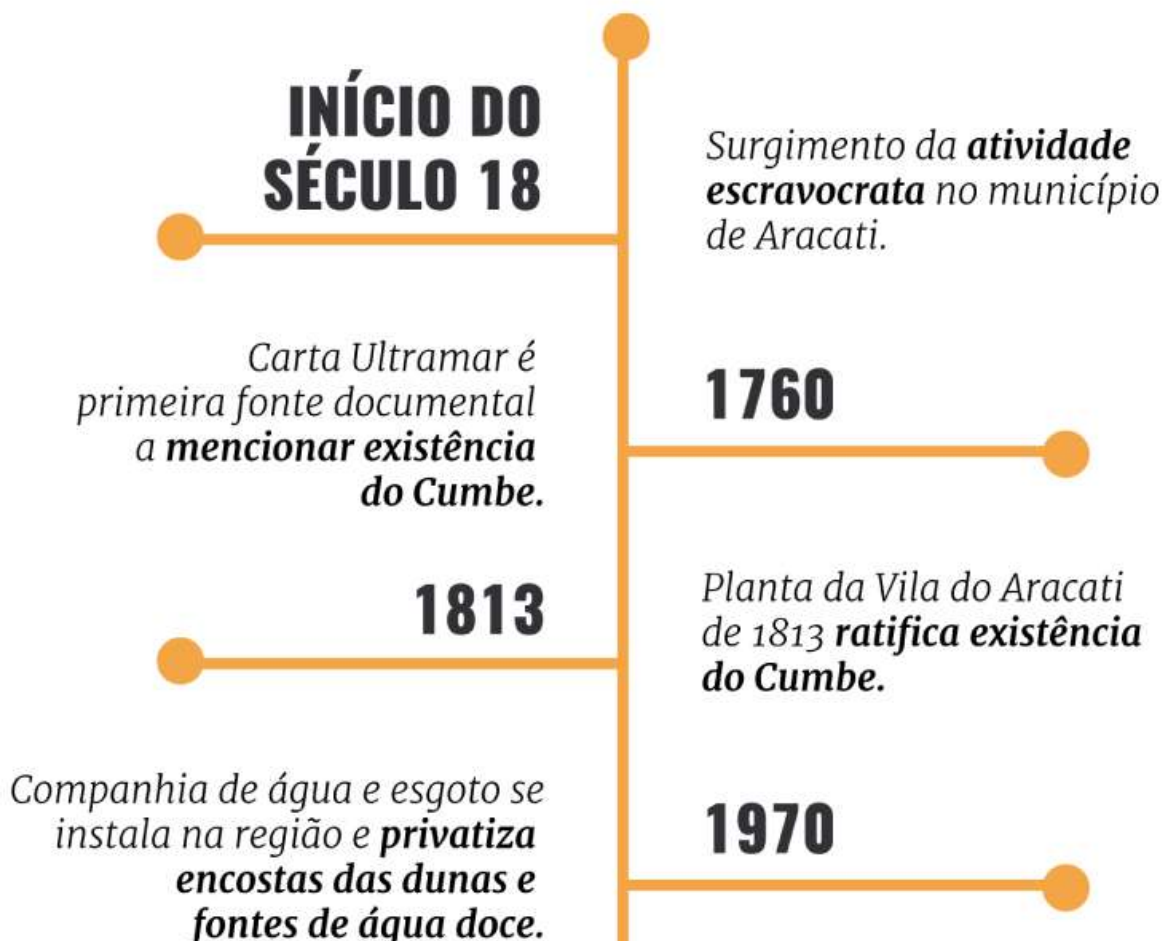
A problemática que circunda a área faz com que cinco lideranças da Associação Quilombola do Cumbe vivam hoje sob ameaças de morte. Por esse motivo, elas foram incluídas no Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça do Ceará.

representantes do programa e também da Fundação Cultural Palmares que tentaram ingressar no terreno em 2018 para uma diligência. Os agentes relataram que os moradores não quilombolas impediram o trânsito da equipe.

O grupo estava a caminho de uma reunião em que seriam dados informes sobre o plano de trabalho que havia sido apresentado pela CPFL Renováveis para o chamado “estudo do componente quilombola” – solicitado pela Fundação Palmares antes de o governo do estado renovar as últimas licenças da companhia.

Quando a empresa se instalou no local, em 2008, o Cumbe ainda não havia recebido o documento da Fundação Cultural Palmares que certifica a existência de uma comunidade remanescente de quilombo, o que só veio em 2014. Por conta disso, na época da instalação da companhia eólica no local, o Estado não exigiu o estudo, o que passou a ser necessário após essa data.

Apesar disso, a pesquisa não foi apresentada e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace) concedeu novas licenças à empresa em 2015 e em 2017. A Fundação Palmares acompanha o caso e afirma que “o licenciamento precisa passar por um processo de correção”.



**1990**

chegam à área do quilombo e **causam fortes impactos ao manguezal.**

Usina de energia eólica **inicia instalação no local e afeta sítios arqueológicos e dinâmica das dunas.**

**2008**

Quilombolas **passam a sofrer restrições no acesso ao mar, limitado pela empresa de energia.**

**2013**

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) conduzido pela Defensoria Pública do Ceará **promove acordo entre empresa eólica e quilombolas** para que comunidade volte a acessar o mar.

Fundação Palmares reconhece comunidade como sendo "**remanescente de quilombo**".

**2014****2015**

Incra **inicia estudo de demarcação de terra.**

**Ameaça de instalação de resort libanês** passa a fazer parte do processo de resistência dos quilombolas.

**2016 - 2017**

## “PROPRIEDADE PRIVADA”

Como consequência das cercas que se multiplicaram na área ao longo do tempo, os problemas impostos à comunidade do Cumbe atingem também o direito de ir e vir dos nativos. Os moradores relatam que, ao chegar ao local, a empresa eólica passou a limitar o trânsito na área, impedindo, por exemplo, que os pescadores artesanais pudessem acessar o mar por dentro do território.

Os trabalhadores vivenciaram o problema até 2013, quando, por iniciativa da Defensoria Pública do Estado, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que levou a CPFL Renováveis a liberar o trecho sob determinadas condições colocadas para os pescadores.

O pesadelo, no entanto, não acabou. Os moradores, que promovem o turismo comunitário na região, afirmam que são impedidos de passar se estiverem com grupos de visitantes. Somadas às limitações territoriais já impostas pela presença dos tanques de carcinicultura, que estão por todas as partes, as regras fazem os quilombolas olharem para o passado com saudosismo.

“Quando você teve a sua infância toda num território, tem lugares que são afeto. Na infância, meu pai levava muito a gente pra vivenciar o território. A gente ia pro rio, pra praia, pras lagoas e, hoje, eu sou barrada, meus filhos são barrados. Pra gente estar em alguns espaços, tivemos que lutar muito, resistir muito”, resgata Cleomar Ribeiro da Rocha, embargando a voz.

Ao longo da área onde foram instaladas as 67 torres eólicas, as muitas placas que indicam a existência de uma “propriedade privada” no local dão a dimensão do problema relatado pela pescadora. O **Brasil de Fato** percorreu a região durante três dias e se deparou com diferentes sinalizações visuais de impedimento sobre a circulação.



*A Defensoria Pública do Estado propôs um TAC que levou a CPFL Renováveis a liberar o trânsito de moradores*

O incômodo com as interdições atinge também outros grupos, como é o caso de pesquisadores. Fontes ouvidas pela reportagem relataram que a empresa barra também a entrada de equipes do poder público.

“Em outubro, vimos agentes da Coordenadoria de Igualdade Racial do Estado serem barrados. Como eles estavam em carro oficial e há ordem para que nenhum veículo do governo nem das universidades passem dentro do território da eólica, eles foram barrados. Se for particular, passa de boa, mas carro oficial e pesquisadores não circulam”, conta a coordenadora de Ação de Campo da ONG Instituto Terramar, Rogéria Rodrigues, que atua na região.

Ela sublinha que, além do racismo ambiental evidenciado pelo contexto que a comunidade vive, o conflito tem como traço marcante a consagração de uma estrutura de poder paralela à do Estado.

Para o instituto, o poder público tem sido “permissivo” em relação ao caso, tanto no que diz respeito à fiscalização ambiental dos impactos causados pela carcinicultura e pela companhia eólica quanto na garantia dos direitos da comunidade quilombola, hoje refém das diferenças ameaças que se impõem ao redor.

população das responsabilidades ainda do Estado, que tem feito vista grossa, tem sido moroso e tem tentado empurrar isso com a barriga, anos após ano”, critica a coordenadora.

## NOVAS GERAÇÕES

A luta do Cumbe por reconhecimento e direitos é atravessada ainda pela preocupação das novas gerações da comunidade. É o que afirma o estudante Ednilson Silva, de 18 anos. Em conversa com a reportagem, ele disse temer um maior comprometimento do território em termos ambientais e sociais.



*Ednilson Silva, de 18 anos, projeta um futuro de mais liberdade no Cumbe (Foto: Galba Nogueira)*

Apesar disso, diante da promessa de que a luta política e social dos quilombolas resistirá ao tempo, conforme promete a associação comunitária, o estudante consegue projetar um futuro distinto daquele anunciado pela realidade de hoje.

“Eu queria que não tivesse a carcicultura, que não tivesse a eólica, que a gente pudesse ir pra praia, pro rio, pras lagoas na hora em que quisesse ir. A gente tem

## OUTRO LADO

O **Brasil de Fato** procurou a Semace para tratar das críticas apontadas nesta reportagem. A respeito da fiscalização ambiental na área do Quilombo do Cumbe, o órgão afirmou que segue os trâmites do licenciamento.

“No caso de empreendimento de maior potencial poluidor-degradador, como usinas de geração de energia e fazendas de carcinicultura, a licença só é emitida depois de apresentado e aprovado, junto à Semace, o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental do empreendimento, sendo que essa aprovação tem que ser referendada por decisão colegiada do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) como condição à emissão do documento por parte da Semace”, disse o órgão.

A superintendência admitiu que “empreendimentos não licenciados, ou seja, clandestinos, fogem ao controle da Semace”. Nesses casos, o órgão orienta que sejam encaminhadas denúncias à Polícia Militar, ao Ministério Público ou à União.

Sobre a renovação das últimas licenças operacionais da empresa CPFL Renováveis sem que tenha sido apresentado o estudo do componente quilombola, a Semace não especificou o motivo e disse apenas que as autorizações “seguem rigorosamente o estabelecido na legislação vigente”.

A reportagem do **Brasil de Fato** também procurou a CPFL Renováveis. Por meio de sua assessoria de imprensa, a companhia afirmou que o empreendimento “possui todas as licenças e autorizações pertinentes junto à Semace”. Também assegurou que vem cumprindo “integralmente” os controles exigidos pela superintendência para mitigação do impacto causado pelas torres eólicas.

Sobre o comprometimento dos artefatos históricos da comunidade, a CPFL afirmou que, conforme um acordo firmado junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), será implantando um museu arqueológico comunitário “para permitir o repatriamento de vestígios arqueológicos encontrados no local”. “A obra foi concluída e estão sendo finalizados os ajustes técnicos no material expositivo do museu para permitir a entrega da estrutura ao Iphan”, informou a organização.

“A companhia reitera que o acesso dos moradores do Cumbe é livre e que não recebeu nenhuma solicitação oficial para o trabalho de pesquisadores na área”, acrescentou, ao tratar das denúncias de interdições no local.

**reportagem:** Cristiane Sampaio | **FOTOS:** Carla Nogueira | **Edição de texto:** Camila Maciel | **Artes:** Gabriela Lucena | **Edição de áudio:** Geisa Marques e Lucas Weber | **Sonoplastia:** André Paroche e Adilson Oliveira | **Coordenação de Multimídia:** José Bruno Lima | **Coordenação de Rádio:** Camila Salmázio | **Coordenação de Jornalismo:** Camila Maciel e Vivian Fernandes



Text

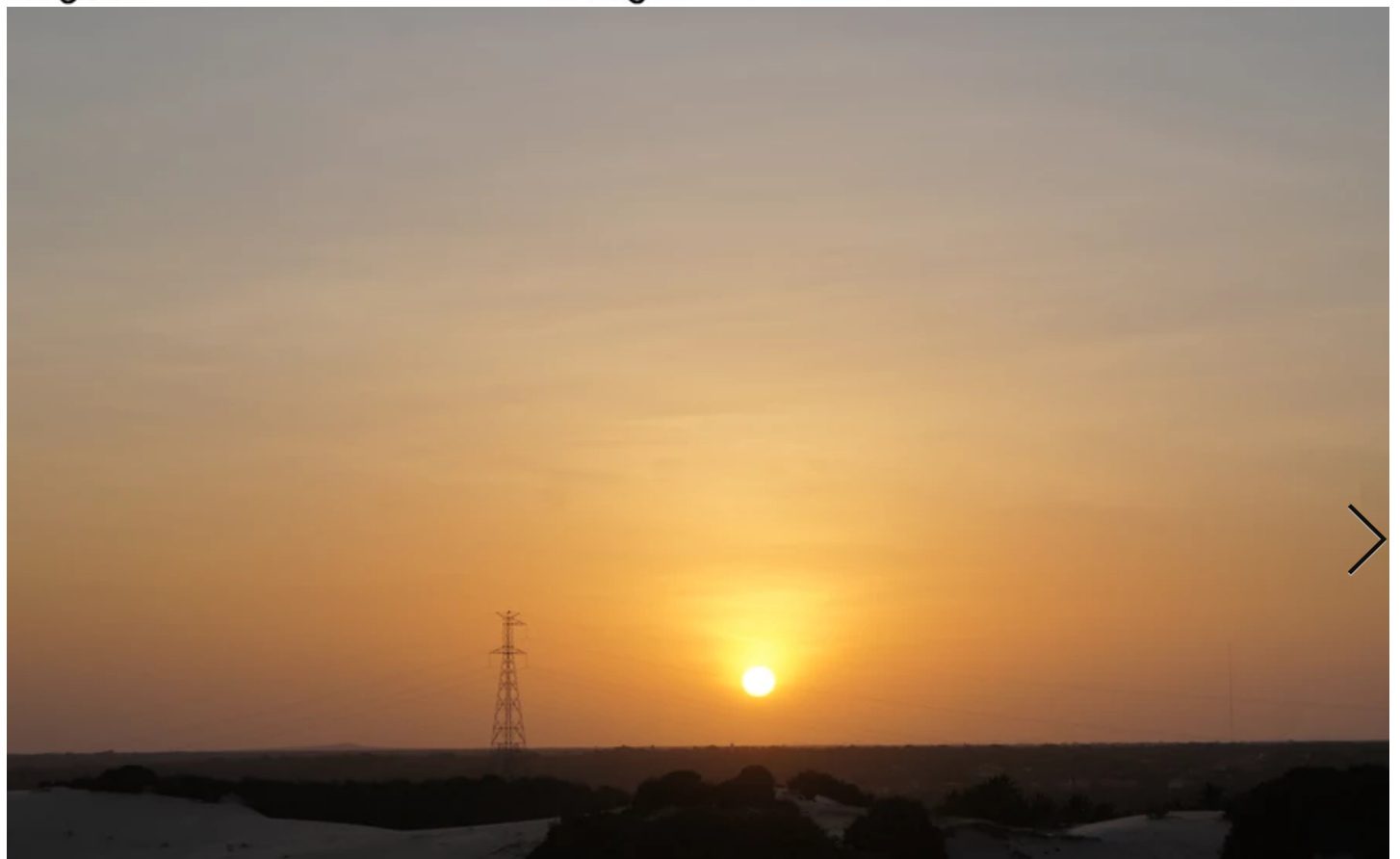
10 de out. de 2018 1 min para ler

# V Festa do Mangue do Cumbe

O CDPDH participou da V Festa da Mangue da Comunidade Quilombola do Cumbe. Momento de debate sobre a importância dos manguezais para o Cumbe e para as Comunidades Pesqueiras. A comunidade denunciou o avanço das atividades econômicas que ameaçam modos de vidas e ao ecossistema manguezal. Os visitantes e parceiros percorreram o território, locais de memória e se aproximaram das ações desenvolvidas pela Comunidade.



O CDPDH recebeu uma linda homenagem da Associação Quilombola do Cumbe! Temos orgulho do trabalho que realizamos junto aos povos Indígenas e Quilombolas. O CDPDH cumpre sua missão de levar a igreja para as comunidades que mais necessitam, focando na formação de lideranças e no acompanhamento jurídico e comunitário dos povos tradicionais. Continuaremos nossa missão, sempre respeitando e andando ao lado do nosso público atendido.



## Quilombo do Cumbe/Aracati - CE

Este blog foi criado para dar conhecimento à sociedade sobre os processos organizativos e luta e resistência do Quilombo do Cumbe, município de Aracati, litoral leste do Ceará, vem enfrentado, desde a chegada das novas atividades econômicas: CAGECE (70), carcinicultura (90), geração de energia eólica (2008), veranistas e "supostos donos" do território tradicional de uso coletivo.

### VI FESTA DO MANGUE DO CUMBE: Em defesa da nossa Identidade Quilombola Pesqueira e Bem Viver



- setembro 18, 2019



Link para inscrição

[bit.ly/2mfx9wn](https://bit.ly/2mfx9wn)

Informações: [quilombodocumbe@gmail.com](mailto:quilombodocumbe@gmail.com)

**A “VI Festa do Mangue do Cumbe: em defesa da nossa identidade quilombola pesqueira e bem viver”**, que vai acontecer no mês de outubro, onde os participantes/visitantes (comunidade local e vizinha, estudantes, ambientalistas e pesquisadores/as) interagem com os quilombolas pescadores/as do mangue do Cumbe e vivenciam atividades culturais no manguezal, conhecendo sua importância, diversidade, riqueza e valor. Desta forma, durante a Festa do Mangue reafirmamos nossas histórias, memórias, lutas, resistências, diversidade cultural e identidade quilombola pesqueira, narrando nosso processo organizativo, parcerias, rede de solidariedade e luta política, atribuindo sentidos e significados sobre nossa relação com o ecossistema manguezal e bem viver.

Neste sentido, a Festa do Mangue do Cumbe é entendida como um espaço de socialização das lutas e resistências travadas no território, bem como, buscarmos parcerias, solidariedade, apoio e nos posicionarmos contrários ao desmonte das instituições públicas e das políticas sociais. Busca-se afirmar com diferentes ações, dar visibilidade a identidade quilombola que se constitui na comunidade no Cumbe, num contexto de disputas contra o chamado desenvolvimento econômico, que desconsidera as formas tradicionais de relação com o mangue, camboa, rio, dunas, lagoas e praia.

Desta forma, nós da Associação Quilombola do Cumbe, reafirmamos nossa história, memória, lutas, resistências, diversidade cultural e identidade racial, narrando nosso processo de organização e luta política, atribuindo sentidos e significados sobre nossa relação com o ecossistema manguezal, onde vivenciamos práticas do bem viver.

## **PROGRAMAÇÃO**

**Dia 18/10/2019 (sexta-feira)**

**Território livre de uso comunitário**

### **Manhã**

Chegada e hospedagens dos participantes, informações e normas de convivência.

### **Tarde**

**15hs.** Caminhada guiada pelas dunas e sítios arqueológicos, roda de conversa e contemplação do pôr do sol.

### **Noite**

**19hs.** Abertura da VI Festa do Mangue do Cumbe: em defesa da nossa identidade quilombola pesqueira e bem viver (Mística de abertura);

Roda de conversa sobre a História do Quilombo do Cumbe (Associação);  
Exposição de fotografias das primeiras festas, campeonato de futebol guaiamum gigante e da Casa Maré das Artes.

Noite Cultural - Apresentação do grupo de Teatro de bonecos Calungas do Cumbe.

Feira de artesanato, barraca de comidas típicas e apresentações culturais – roda de capoeira e dança do coco.

### **Dia 19/10/2019 (sábado)**

#### **Identidade quilombola pesqueira: Conhecendo os maravilhosos mangues do Quilombo do Cumbe – vivência no manguezal**

##### **Manhã**

**9hs.** Passeio de barco pelas Camboas, Rio Jaguaribe e Ilhas;

Oficinas sobre práticas tradicionais de pesca artesanal/saberes: pesca de caranguejos, pesca de marisco (mariscagem de búzio, intam e ostras com as mulheres) e pesca de peixes (tarrafa, tapagem e curral);

Modos de fazer/culinária - sabores e frutos do mangue (caranguejada, mariscada, pirão e assado de peixe, e churrasco de ostras).

##### **Tarde**

**14h30.**

Roda de Conversa no Mangue: quilombolas pescadores/as do mangue do Cumbe, moradores/as, jovens, mulheres e visitantes, sobre a importância da festa do mangue como estratégia de fortalecimento da identidade, defesa do território e para reprodução social do grupo.

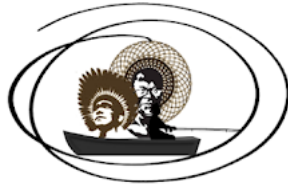
##### **Noite**

**19hs.** Cine Cumbe – Curta Cumbe/Debate; Vídeos de vivências da comunidade, Instalação Corpo Território, Roda de Conversa com a Associação Quilombola do Cumbe – desafios atuais para regularização fundiária do território quilombola do Cumbe e perda de direitos constitucionais; Homenagens aos mestres e mestras quilombolas pescadores/as do mangue do Cumbe e pessoas que contribuem com a luta da comunidade.

Noite cultural – Feira de artesanato e comidas típicas; Furró pé de serra.

### **Dia 20/10/2019 (domingo)**

#### **Mestres do Mangue do Cumbe: Quilombolas Pescadores do Mangue do Cumbe**



## OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL

[Início](#) [Sobre](#) [Povos](#) [Ambiente](#) [Clima](#) [Geografia](#) [Terra](#) [Água](#) [Florestar](#) [Biomás](#) [Mundo](#) [Vídeos](#)

quarta-feira, 13 de agosto de 2014

### **Festa do Mangue: "Manguezal Patrimônio da Humanidade". Comunidade do Cumbe - Aracati (CE) - 14 à 17/08**

De 14 a 17 de agosto de 2014, acontecerá na Comunidade do Cumbe, município do Aracati, litoral leste do Ceará, a "Festa do Mangue": "Manguezal Patrimônio da Humanidade". A festa tem por finalidade reunir pescadores/as, estudantes, pesquisadores/as, professores/as, ambientalistas e demais pessoas das diversas áreas do conhecimento, para celebrar e debater a importância dos manguezais, bem como as questões que ameaçam esse ecossistema tão importante para comunidades costeiras e para o planeta terra. Venha, traga sua rede, barraca, alegria e energia e venha se juntar a nós nesta festa da vida.

Lhe esperamos no Cumbe ...



#### **PROGRAMAÇÃO**

De 14 a 17/08/2014 – Cumbe/Aracati – CE

#### **Quinta feira – 14/08**

19:00h

Boas vindas

**Conversa sobre boas condutas**

Inscrição

#### **Sexta feira – 15/08**

8:00h

**Recepção e apresentação da comunidade (dunas)**

10:00h

**Rodas de conversas sobre o mangue (Luciana)**

12:00h

Almoço

15:00h

**Pequenas rodas de conversa (conhecendo as casas dos moradores)**

19:00h

**Sarau/ feira gastronômica**

### **Sábado – 16/08**

8:00h

**Comer no mato/ colheita no mangue/ trilha pelo mangue**

**Roda de conversas sobre o mangue**

19:00h

**Sarau**

### **Domingo – 17/08**

8:00h

**passeio de barco pelo mangue**

12:00h

Almoço

**Encerramento/ balanço do evento**

### **ATRAÇÕES CULTURAIS**

#### **SEXTA-FEIRA**

**Levi Teixeira (poesia)**

**Samuel Brandão (música)**

#### **SÁBADO**

**Daniel Medina (música)**

**Daniel Sansil e os maluco do Brasil (música)**

Saiba mais sobre o modo de vida da comunidade do Cumbe e sua relação com o manguezal

Acesse a página do evento no Facebook: [Festa do Mangue](#)

Foto e texto enviados por **João Luís Joventino**

Compartilhar

## II Festa do Mangue do Cumbe: Percorrendo o Território, Afirmado Identidade

Publicado em 30 de novembro de 2015 por [museuscomunitarios](#)



**Convite**

A Associação Quilombola do Cumbe e Casa Maré das Artes convidam para a II Festa do Mangue: percorrendo território, afirmando identidade. A festa será realizada de 11 a 13/12/2015 na Comunidade Quilombola do Cumbe, zona rural do Município de Aracati/CE.

Buscamos, com a festa, reocupar o território quilombola, fortalecer nossa identidade, realizando ações que dão visibilidade à luta e a resistência frente ao suposto desenvolvimento que desconsidera as formas tradicionais e ameaçam o modo de vida local. Temos muito o que comemorar! Um ano de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, os modos tradicionais de vida, o mangue, a luta!

Inscrições e informações - [maredasartes@gmail.com](mailto:maredasartes@gmail.com)  
[fb.com/maredasartes](https://fb.com/maredasartes) / [fb.com/comunidadeocumbearacatice](https://fb.com/comunidadeocumbearacatice)

\*A hospedagem será solidária, de rede ou barraca.

**Organização**

 Casa Maré das Artes

 Associação Quilombola do Cumbe AQC

**Apoio**

 CESE

 Camargos do Cumbe

Publicado em [Uncategorized](#) | [Deixe um comentário](#)

## CARTA DE APOIO À OCUPAÇÃO DA SECULTFOR

Publicado em 20 de outubro de 2015 por [museuscomunitarios](#)



A Rede Cearense de Museus Comunitários, formada por iniciativas comunitárias de memória, patrimônio e museologia social, vem por meio desta manifestar irrestrito apoio e solidariedade aos movimentos artísticos de várias linguagens e demais trabalhadores da Cultura de Fortaleza que, desde semana passada, vem ocupando as dependências da SECULTFOR, em protesto contra o enorme retrocesso da atual gestão municipal na formulação e implementação de políticas públicas para o setor cultural em Fortaleza.

Assim, ratificamos a pauta apresentada publicamente pelo movimento de Ocupação da SECULTFOR que demanda, dentre outras exigências: a realização do Edital das Artes com valor atualizado; a regularização e

Privacidade e cookies: Esse site utiliza cookies. Ao continuar a usar este site, você concorda com seu uso.  
 Para saber mais, inclusive sobre como controlar os cookies, consulte aqui: [Política de cookies](#)

Fechar e aceitar

O atendimento desta pauta é o mínimo que a atual administração municipal pode oferecer, diante do completo descaso, omissão e sucateamento dos últimos anos com o setor cultural em Fortaleza. Na área do patrimônio e memória, em que atuamos, são inúmeros os problemas decorrentes da submissão da atual gestão da SECULTFOR e da prefeitura de Fortaleza para com os interesses das grandes empreiteiras e setores da especulação imobiliária urbana.

Dentre os principais, destacamos: a falta de regulamentação das ZEPH (Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Paisagístico, Histórico, Cultural e Arqueológico), instrumento previsto no Plano Diretor vigente; o descaso com as áreas de Declaração de Relevante Interesse Cultural e o desrespeito com as poligonais de tombamentos, como evidenciado nas árduas lutas travadas pelas comunidades nos casos do Náutico Atlético Clube e da Igreja de São Pedro dos Pescadores. No que tange à conservação e manutenção do patrimônio arquitetônico, destacamos a situação calamitosa de bens tombados, como o Teatro São José, a Escola Jesus Maria José, os Jardins do Palácio do Bispo e a Casa do Barão de Camocim, que se encontram à espera da conclusão de obras. No âmbito da gestão de áreas históricas, alertamos a fiscalização deficiente ou inexistente, que possibilita práticas sistemáticas de demolição de construções históricas no Centro antigo ou de transformação desses imóveis em estacionamentos.

No que tange à proteção do Patrimônio Natural, compreendido como áreas e ecossistemas importantes para a manutenção da qualidade de vida na Cidade e cujos significados aproximam a natureza das práticas sociais e da memória coletiva, assistimos perplexos um verdadeiro “ecocídio” perpetrado pela atual administração municipal e um completo silenciamento e omissão por parte dos órgãos ambientais e culturais competentes. Numa cidade quente e desarborizada como Fortaleza, onde os espaços verdes tornam-se raridade e o usufruto de seus recursos naturais escasseiam dia após dia, remover centenas e centenas de árvores em menos de 3 anos é um verdadeiro crime contra o meio ambiente, a memória e patrimônio cultural. Para termos dimensão da gravidade da questão, destacamos apenas alguns casos que tiveram uma grande repercussão na mídia. 138 árvores foram cortadas para construção de um túnel nos trechos das avenidas Engenheiro Santana Júnior e Padre Antônio Tomás, no Cocó, em 2014. Outras 94 árvores foram cortadas em uma área de preservação ambiental, o Parque Ecológico do Cocó, para receber as alças de dois viadutos, no entroncamento das avenidas Engenheiro Santana Júnior e Antônio Sales, em 2013. E, aproximadamente, mais outras 202 árvores foram removidas, no primeiro semestre de 2014, dos canteiros das avenidas Dom Luís e Santos Dumont, para implantação de um binário. Estes são apenas alguns casos que exemplificam o quanto a paisagem cultural e ambiental de Fortaleza vem sendo modificada em nome da especulação imobiliária e do avanço dos setores construtivos, com o conluio e apoio do poder público municipal.

Em relação às instâncias de participação da sociedade civil nas decisões da administração pública, presenciamos um deliberado enfraquecimento do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHIC) e uma paulatina usurpação das atribuições a ele conferidas pela LEI Nº 9347, de 11 de março de 2008, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico-Cultural e Natural do Município de Fortaleza, criando o referido Conselho. Diante de tais fatos, os conselheiros do COMPHIC, pelo menos em duas oportunidades, escreveram cartas abertas à população de Fortaleza para manifestar suas preocupações face às políticas contrárias à boa salvaguarda do patrimônio praticadas pela gestão municipal. Um dos exemplos mais sórdidos ocorreu no processo que envolveu a solicitação de tombamento da Praça Portugal, em 2014. Na ocasião, depois de várias manobras da SECULTFOR para indeferir a solicitação sem apreciar sequer o parecer do COMPHIC, foi negada a abertura dos estudos para o tombamento municipal da Praça Portugal, por “voto de minerva” do secretário Sr. Magela Lima, presidente do Conselho. Tal posicionamento, vale lembrar, foi contrário aos votos dos representantes da sociedade civil, que se posicionaram a favor da realização de estudos necessários à instrução

Privacidade e cookies: Esse site utiliza cookies. Ao continuar a usar este site, você concorda com seu uso.

Para saber mais, inclusive sobre como controlar os cookies, consulte aqui: [Política de cookies](#)

Fechar e aceitar

No que se refere ao fomento às ações de memória, museologia social e educação patrimonial, não houve por parte da SECULTFOR nenhum edital e/ou ação com essa finalidade, restando às iniciativas congregadas na Rede Cearense de Museus Comunitários, hoje uma referencia no cenário nacional, realizar suas ações independentemente do poder público e de seu reconhecimento.

A partir dos fatos apresentados, está evidente que o autoritarismo, a submissão ao capital e a falta de prestígio político da pasta tornou-se uma marca registrada da atual gestão. Associado a tudo isso destacamos ainda a ausência de diálogo, transparência política e construção participativa de públicas políticas para o campo da cultura como uma constante na relação da SECULTFOR para com os artistas e movimentos culturais de Fortaleza.

Diante do exposto, nos somamos ao Movimento de Ocupação da SECULTFOR e convidamos toda a população de Fortaleza a apoiá-lo, tendo em vista a necessidade de uma política cultural que dialogue com amplos setores sociais e respeite a memória afetiva e histórica de nossa querida cidade.

## Rede Cearense de Museus Comunitários

**Fortaleza, 20 de outubro de 2015**

Anúncios

AUTOMATTIC

**We're hiring  
backend developers.  
Join us!**

APPLY

WordPress, Facebook, Twitter, YouTube, Instagram, LinkedIn, RSS, Email

DENUNCIAR ESTE ANÚNCIO

Publicado em [Uncategorized](#) | [Deixe um comentário](#)

## ENCONTRO REGIONAL DE FORMAÇÃO COLABORATIVA PARA OS PONTOS DE MEMÓRIA E INICIATIVAS DE MUSEOLOGIA SOCIAL NO CEARÁ

Publicado em [4 de maio de 2015](#) por [museuscomunitarios](#)

Privacidade e cookies: Esse site utiliza cookies. Ao continuar a usar este site, você concorda com seu uso.  
Para saber mais, inclusive sobre como controlar os cookies, consulte aqui: [Política de cookies](#)

Fechar e aceitar